

ENCANTARIA EM SALA DE AULA: RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E COTIDIANO ESCOLAR NO MARANHÃO¹

Reinilda de Oliveira Santos

Mestranda em História

Universidade Estadual do Maranhão

Resumo

Há mais de uma década o ensino da História e da cultura afro-brasileira, respaldado pela Lei nº 10.639/2003, ocupa um espaço a ser respeitado no currículo escolar. Com isso, houve a necessidade de revisar os conteúdos e posicionamentos acerca da história do negro e sua cultura em sala de aula, percebendo-o como parte de um conjunto de práticas e valores de origem africana que são um dos pilares fundamentais para a formação do Brasil. Assim, com o intuito de elaborar estratégias para questionar movimentos de inscrição negativa das alteridades/identidades afro-religiosas, pretende-se analisar o processo através do qual, no Ensino Fundamental maior, se consolidam certas formas de representar o universo material, simbólico e humano das manifestações religiosas de matriz africana, consubstanciando-se determinados tipos de consciência histórica na qual esses repertórios ou estão ausentes ou são estereotipados.

Palavras-Chave: Educação. Religiões afro maranhenses. Consciência Histórica.

Introdução

Em um país onde, segundo Fernandes (2005), o mais adequado seria falarmos em “culturas brasileiras” ao invés de “cultura brasileira” ainda é comumente perceptível um desconhecimento e despreparo em se trabalhar essa diversidade cultural no ambiente escolar. Constantemente, é observado na sociedade, manifestações de incompreensão e preconceito existente em relação às religiões afro-brasileiras. No universo escolar, crianças e adolescentes oriundos dessas vertentes religiosas geralmente passam por situações constrangedoras devido a esse processo de desrespeito que está arraigado na própria constituição do Brasil enquanto nação. Na realidade, é nesse ambiente que elas se sentem mais reprimidas em assumir determinadas identidades.

Antes de tudo, deve-se destacar que em vários estados do Brasil é possível perceber a disseminação dos cultos afros. Esta proliferação pode ser vista, sob certo aspecto, como a vitória de saberes e fazeres que, através de homens e mulheres africanos que atravessaram o oceano, se arraigaram à sociedade brasileira. Assim, variando de acordo com a origem territorial africana e o contato com práticas e saberes nativos, foi se configurando um campo múltiplo, diversificado e rico de expressões culturais e religiosas de marca popular e negro-mestiça. Em vista disso, é inquestionável a necessidade de se explorar esses temas em sala de aula levando em conta sua diversidade e peculiaridades.

Desta forma a escola, que deveria ser um ambiente propício para uma leitura crítica da diversidade religiosa existente no país, muitas vezes se posiciona de forma inadequada, trazendo elaborações equivocadas com o intuito de desqualificar e demonizar essa religião. Diante disso é válido frisar que, além das ações afirmativas de grupos específicos como o movimento negro, um passo importante e demasiado necessário que precisa ser trilhado é o da mudança no processo educacional, sobretudo, no ensino fundamental. Vale destacar que o terreno da questão religiosa é, no campo educacional, um dos mais árduos a se debater, especialmente no que se refere à cultura afro-brasileira, considerando não apenas o processo histórico de estigmatização dessas religiões

¹ Artigo oriundo do plano de redação da dissertação do programa de pós-graduação História, Ensino e Narrativa-UEMA

desde o Brasil Colônia, mas também os movimentos mais recentes de ataque, fomentado especialmente, mas não exclusivamente, por igrejas evangélicas. Assim é necessário problematizar esse tema nas escolas, pois, de um lado, ao incorporar essa discussão, abre-se a possibilidade de um rompimento real com o proselitismo no ambiente escolar, por outro, deve-se reconhecer este como um espaço indispensável para se pensar a problematização das relações étnico-raciais no país. Partindo, assim do pressuposto de que é significativo criar um sentimento de pertencimento do aluno à realidade histórica.

Com isso, acredita-se que o Ensino de História é um campo profícuo para a formação de “consciência histórica”, conceito desenvolvido por Rusen (2007), que aprofunda uma defesa da necessidade de uma interligação entre ciência e ensino, amplia a possibilidade de se compreender a relação aluno-professor e o papel da aprendizagem, tornando-se o arcabouço teórico fundamental para o trilhar desse trabalho. Esta informação torna-se pertinente uma vez que inclui a história científica como uma das possibilidades, de orientação e constituição de identidades na vida prática. Vale lembrar que sua compreensão é fundamental para os atuais estudos nas áreas de teoria e ensino de história, afinal sua teorização acerca da história a torna mais abrangente ao entender que todo o indivíduo é capaz de interpretar historicamente seus atos e se orientar na vida prática. Neste sentido, a história científica como conhecemos, para Rösen, será apenas uma das facetas do conhecimento histórico.

De acordo com o argumento de Martins, “a tessitura dos processos reflexivos do pensamento e da consciência histórica se dá em diferentes círculos da vida pessoal e social.” (MARTINS, 2001, p.45) Assim, pensar o ensino de história e seus desdobramentos implica compreender a complexa maquinaria que circunda a realidade escolar. Com isso é interessante repensar, por exemplo, a forma de organização curricular e também incentivar ações pedagógicas, esse é um dos passos mais importantes nesse processo, a partir daí os professores reformulariam meios de implantação do que está posto no currículo. Partindo disso, no âmbito da sala de aula é interessante inicialmente trabalhar a sensibilização dos alunos, fazendo com que estes entendam as diferenças religiosas dentro do contexto da História da nação, contextualizando com o ambiente no qual estão inseridos.

Assim, ao ensino da História pode-se dizer, cabe uma dupla missão: a de identificar a tradição presente nas narrativas e a de propiciar o desenvolvimento da competência narrativa dos alunos, garantindo que não se perca neste processo a racionalidade contida no conhecimento histórico em sua dimensão científica, capaz de satisfazer interesses e orientar o aluno para um entendimento da sua vivência. Na realidade, como propõe Rösen (2010) o indivíduo não mobiliza sua consciência histórica intencionalmente, mas a utiliza com a necessidade de atribuir significado a fluxos sobre o qual não possui controle. Ele a vivencia desde a percepção de sua própria historicidade, até a inserção da consciência em diferentes contextos da história humana. Ela é, de modo geral, inerente ao estar no mundo. Por outro lado, advoga sobre a intencionalidade do agir no tempo, afinal os seres humanos só podem agir no mundo se o interpretarem e interpretarem a si mesmo de acordo com suas intenções.

Dessa forma, a relação entre a teoria da História e o ensino se dá na medida em que compreendemos como dimensão da ciência especializada da história, sua relação com o cotidiano, com os interesses e com a orientação da vida prática. Nesse sentido se faz necessário frisar como a vida prática esta sendo problematizada em sala de aula, com foco específico nas práticas religiosas. Na realidade, pensar a História enquanto objeto de prática pedagógica e, sobretudo, fazer uma

relação entre a História escrita e a ensinada é uma tarefa árdua. Daí a importância de pensar em seus percalços antes de entender como ela pode ser melhorada.

Para viabilização do trabalho, buscar-se-á realizar ampla revisão bibliográfica com foco nas conexões entre Ensino de História e Religiões de Matrizes Africanas, descrição e análise de discursos, imagens e múltiplas representações sobre as chamadas religiões afro disseminadas em materiais didáticos, paradidáticos e em outras mídias usadas nas escolas. Neste caso, será dada muita atenção trechos, sabidamente poucos, nos quais o tema é destacado, direta ou indiretamente nos livros didáticos. Além de observação do cotidiano no *Centro de Ensino Sousândrade*, escola localizado na periferia da cidade, Bairro do Lira, local marcado pela proximidade das duas mais tradicionais e antigas casas de culto afro maranhense, Casa de Nagô e casa das Minas, Além de várias outras mais recentes.

1. Religiões afro-brasileiras: Reflexões Histórico-culturais no ambiente escolar

Nesse capítulo o objetivo é dissecar o cotidiano do *Centro de Ensino Sousândrade*, com o intuito de fazer reflexões sobre o ensino na cidade de São Luís, evidenciando os espaços e lugares simbólicos destinados ao universo material e humano do mundo religioso de matriz afro, discutindo, a partir da implantação da lei 10.639/03, o processo de inserção de novos conteúdos curriculares e seus desdobramentos culturais nesses estabelecimentos de ensino. A escola em destaque se localiza na Praça São Roque s/n- Lira, os alunos de modo geral são oriundos do bairro ou de bairros adjacentes, é direcionada apenas ao ensino fundamental e só funciona durante o turno da manhã. No que diz respeito à estrutura pedagógica, há uma pessoa apenas que coordena os professores e supervisiona os alunos. O objetivo é observar diferentes ocasiões, não somente em sala de aula, mas também em eventos e datas comemorativas como o Dia da Raça ou Semana da Consciência Negra, nas quais tais temas vêm à tona de modo mais frequente. Além disso, serão realizadas entrevistas com o corpo docente, técnico e discente.

Embora tenha consciência de que um decreto de uma lei não seja suficiente para transformar realidades historicamente construídas, pode-se considerar a lei 10.639/2003² como um primeiro passo, um avanço no sentido de tentar viabilizar e possibilitar o acesso a essa parte da história do país. Portanto, os educadores têm como desafio articular a teoria educacional com o cotidiano escolar e então construir um currículo capaz de lidar com as diversidades e desigualdades e para isso precisam ser sensíveis às demandas dessas culturas silenciadas. Tendo em vista que há um processo de hierarquização de conhecimentos que precisa ser superado e o primeiro passo está no debate, no ato de se falar desses assuntos no ambiente escolar, ou seja, desnaturalizar concepções arraigadas a gerações. Pois, apesar da obrigatoriedade do ensino sobre a história e cultura afro-brasileira, respaldado pela referida lei a aplicabilidade dela ainda é extremamente deficiente.

Nesta perspectiva, entende-se que a preparação do professor voltado para a pluralidade cultural seja um importante caminho, bem como o estímulo ao diálogo entre as diversas disciplinas na tentativa de superar essa realidade. E para isso, é necessário um maior comprometimento e

² O advento da Lei nº 10.639/2003 se deu em meio a um intenso debate social amplificado pela mídia, que expressava os primeiros impactos da implantação de programas de ação afirmativa em algumas universidades brasileiras. O texto das "Diretrizes" apresenta dimensões normativas relativamente flexíveis, sugerindo referências, conteúdos e valores para a ação docente, em consonância com o pressuposto formativo e educativo da valorização da pluralidade cultural - mote, aliás, já presente nos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1998. (PEREIRA, p.01, 2001)

preparação no nível acadêmico deste profissional, além de arcabouço material que possa auxiliá-lo nesse processo. Em síntese, esse capítulo propõe colocar em foco os modos como o universo material, mítico e humano das religiões afro-brasileiras é apresentado ou obliterado, no cotidiano escolar do *Centro de Ensino Sousândrade*.

2. Considerações sobre Religiões afro-brasileiras na literatura didática de História

Neste capítulo proponho analisar os discursos e representações sobre as chamadas religiões afro disseminadas em materiais didáticos, paradidáticos e em outras mídias usadas na escola-campo, focando no modo como o imaginário ocidental foi gestado em relação à África e suas culturas. Tendo em vista que, a partir da implantação da lei 10.639/2003, esse conteúdo ocupa um espaço a ser respeitado no currículo das escolas, como parte de um conjunto de práticas e valores de origem africana que formaram a nação. Vale destacar que essa lei, assim como outras que surgiram posteriormente foram criadas simbolicamente como uma correção do estado brasileiro pelo débito histórico em políticas públicas para a população negra.

Desta forma, a publicação de livros didáticos ou paradidáticos que abordem a História da África e Cultura Afro brasileira para o Ensino Fundamental, torna-se uma alternativa eficaz para o ensino-aprendizagem nas escolas públicas e particulares sobre o ensino das relações étnicas e raciais. Levando em consideração que há cobrança generalizada por parte dos professores, por materiais adequados para o desenvolvimento do referido conteúdo em sala de aula. Tendo em vista o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Compete aqui lembrar que embora o ensino de História no Brasil tenha passado por profundas transformações nos últimos vinte anos, a mesma parece não ter atingido de forma significativa o estudo da História da África e suas culturas. As mudanças no ensino da disciplina foram limitadas pelo modelo positivista hegemônico em uso durante muitos anos, só recentemente perspectivas teóricas como o Marxismo e Nova História passaram a permear os livros didáticos, levando à incorporação de assuntos que outrora foram completamente excluídos do currículo. Nesse período, como reflexo das mudanças teóricas que inundavam os cursos de História, a partir os ventos soprados pela historiografia francesa e pela criação das Leis de Diretrizes e bases, os PCNS, dos Planos Nacionais e estaduais de Educação e outros documentos, foi possível perceber algumas mudanças no cenário escolar no tocante a problematização dos conteúdos e à própria noção de prática docente e papel do professor.

Pretendo analisar os paradidáticos e o livro didático adotado pela escola com foco em alguns aspectos primordiais, percebendo as imprecisões e simplificações presentes na obra, observando o uso de imagens, indicações de filmes, escolha dos boxes informativos, curiosidades, mapas, nome dos tópicos. Enfim perceber como o livro descreve a cultura material e imaterial, as cosmologias, cotidiano, arte, literatura, economia e outros aspectos da África, com destaque nos aspectos que tangem a religião e as religiosidades africanas e afro descendentes. Será dada especial atenção à orientação teórica do autor, se está imbuída ou ausente no texto e ao manual do professor. Tentando evidenciar se o autor está preocupado em permitir a construção de conhecimento e análises por parte dos alunos. Evidencia-se assim que, ensinar história da África aos alunos é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje

caracterizou a formação escolar brasileira. E um passo significativo é ter materiais didáticos com abordagens interessantes e que desmistifiquem as concepções há tempos arraigadas.

3. Catálogo explicativo e ilustrado sobre religiões afro maranhenses para o ensino fundamental

Deve-se reconhecer que o interesse pela chamada cultura e religiosidade afro-brasileira no âmbito acadêmico é recente e se relaciona a uma perspectiva internacional de estudos sobre práticas culturais, o que está diretamente ligado à renovação e ampliação de temas, campos e métodos da história promovida pelos Annales, na França, História Social, na Inglaterra, e micro-história, na Itália. O que não atinge efetivamente o âmbito do ensino básico, posto isso acredito que a elaboração de um material de fácil linguagem iria corroborar para melhores explicações do referido conteúdo em sala de aula.

Posto isso, esse capítulo trás reflexões acerca da proposta de produto destinado a alunos e professores do ensino fundamental maior. Esta consiste na elaboração de um catalogo explicativo com imagens e textos simples, com foco na problematização de elementos das variações das religiões de matriz africana no Maranhão, almejando uma posituação desses elementos simbólicos e com isso melhor aceitação dos alunos, sobretudo dos que são oriundos ou tem vivencia com essas religiões.

O catálogo trará, além de imagens diversificadas evidenciando aspectos da diversidade religiosa afro maranhense nos arredores de São Luis, será complementado com curtos e interessantes diálogos com as produções acadêmicas, opiniões de praticantes e participantes dessa vertente religiosa, associadas às problemáticas levantadas pelos profissionais da educação. Objetivando com isso, colocar universos distantes, mas não distintos, em contato. Através dessa simbiose de informações, para tal criei um roteiro de viagens, baseado no calendário das festas, por algumas casas de cultos de diferentes vertentes no interior do estado, almejando a coleta de imagens e documentação/registro de informações.

A produção do catálogo será pautada em uma metodologia etnográfica empírica e com foco em aspectos como sincretismos, a cura (elemento comum em quase todas as ramificações da religião), estética, entidades, comunicação com o mundo “de lá”, pontos de assentamentos, cores, iconografia das entidades, pais e mães de santo, iniciação, comida de santo, promessas, festas de santo, perseguição, terreiro/guma, guias, instrumentos e outros elementos comuns às casas.

A etnografia será realizada em São Luis, em alguns municípios da Baixada Maranhense a exemplo de Bacuri, Cururupu, Central; e outras regiões como Bacabal, Santa Inês, Penalva, Santa Helena, e Pindaré Mirim. Um aspecto interessante a se destacar é que, embora existam inúmeras denominações com características bem delineadas a separação entre elas é bastante tênue, necessitando de um olhar cauteloso e minucioso.

REFERÊNCIAS

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar; AMARAL, Tânia Conceição Iglésias do. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso nas Escolas Públicas. Linhas, v. 6, n.1, p. 57-78, 2005.

BITTENCOUT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo, Cortex Editora, p183-220,2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CARNEIRO, M. A. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e Diversidade Cultural: desafios e possibilidades. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.

MARTINS. Estevão C de Rezende. História: Consciência, Pensamento, Cultura, Ensino. Educar em Revista. Curitiba. Brasil, nº 42, out./dez., editora UFPR, p,43-58. 2011.

MENESES, J. G. de C. et. al. Educação básica: políticas, legislação e gestão. SP: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. A história ensinada: Algumas configurações do saber escolar. *História & Ensino*, v. 9,p. 37-62, out. 2003.

_____. Ensino de História: Argumentação e construção de sentido na História ensinada. *Práxis Educativa*, v. 6, n. 1, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. 1997. Tese (Doutorado em história e filosofia da educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NUNES, A. E. da S. e OLIVEIRA, E. V. (orgs.). Implementação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação profissional e tecnológica: Lei 10.639/03 na rede federal de educação profissional e tecnológica Brasília: MEC, SETEC, 2008.

OLIVEIRA, L. B. et. al. Ensino Religioso no Ensino Fundamental. SP: Cortez, 2007.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. A Escrita da História Escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.13-32

RÜSEN, Jörn. História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

_____. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. *Cadernos Cedes*. Campinas, v.25, nº67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. A ciência da história e o ensino de história: aproximações e distanciamentos. *OPSI*, Catalão, v. 11, n. 1, p. 287-304 ,jan-jun 2011.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães Fonseca. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 60, 2010.